

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL E CONSERVAÇÃO DA CAATINGA: CONTRIBUIÇÕES
COMUNITÁRIAS PARA PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO EM PÉ DE SERRA (BA)**

**ENVIRONMENTAL PERCEPTION AND CAATINGA CONSERVATION: COMMUNITY
CONTRIBUTIONS TO ECOTOURISM PLANNING IN PÉ DE SERRA, BAHIA**

**PERCEPCIÓN AMBIENTAL Y CONSERVACIÓN DE LA CAATINGA: APORTES
COMUNITARIOS PARA LA PLANIFICACIÓN DEL ECOTURISMO EN PÉ DE SERRA
(BAHÍA)**



10.56238/revgeov17n2-141

Antonio Eudes Lima da Cruz

Mestre em Ciências Ambientais

Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana

E-mail: tom.eudes@gmail.com

RESUMO

A caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, é rico em biodiversidade, mas permanece entre os ecossistemas mais degradados e pouco protegidos do país. A persistência de estigmas históricos e a pressão antrópica reforçam a necessidade de compreender como diferentes grupos sociais interpretam o território e reconhecem seu valor ecológico. O objetivo deste artigo é analisar a percepção ambiental dos moradores de Pé de Serra (BA) sobre o ecoturismo na caatinga, investigando como essas percepções podem subsidiar estratégias de participação social no planejamento dessa atividade em área situada no perímetro urbano do município. A pesquisa integrou levantamento bibliográfico e documental, observações de campo e aplicação de 165 questionários a moradores das zonas urbana e rural. Os resultados indicaram percepção amplamente favorável à conservação: 93% reconhecem a importância da preservação e 91% apoiam a criação de uma Unidade de Conservação. A comunidade identificou fragilidades ambientais, além da valorização das feições geomorfológicas e do potencial ecoturístico local. Os resultados reforçam que a percepção ambiental das comunidades locais é um elemento decisivo para consolidar políticas de conservação e garantir práticas de uso sustentável da caatinga.

Palavras-chave: Caatinga. Percepção Ambiental. Ecoturismo. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The caatinga, the only biome exclusive to Brazil, is rich in biodiversity but remains among the country's most degraded and least protected ecosystems. The persistence of historical stigmas and increasing anthropogenic pressure highlight the need to understand how different social groups interpret this territory and recognize its ecological value. The objective of this article is to analyze the environmental perception of residents of Pé de Serra (Bahia) regarding ecotourism in the caatinga, examining how these perceptions can support social participation strategies in planning this activity within the urban perimeter of the municipality. The research integrated literature and document review, field observations, and the application of 165 questionnaires to residents of urban and rural areas. The results indicated broad support for conservation: 93% recognize the importance of preserving the



biome, and 91% support the creation of a Conservation Unit. The community identified local environmental fragilities, as well as valuing geomorphological features and the area's ecotourism potential. The results reinforce that the environmental perception of local communities is a decisive element for consolidating conservation policies and ensuring sustainable use practices in the caatinga.

Keywords: Caatinga. Environmental Perception. Ecotourism. Local Development.

RESUMEN

La caatinga, el único bioma exclusivamente brasileño, es rica en biodiversidad, pero continúa entre los ecosistemas más degradados y menos protegidos del país. La persistencia de estigmas históricos y la presión antrópica refuerzan la necesidad de comprender cómo distintos grupos sociales interpretan este territorio y reconocen su valor ecológico. El objetivo de este artículo es analizar la percepción ambiental de los habitantes de Pé de Serra (Bahía) sobre el ecoturismo en la caatinga, evaluando cómo dichas percepciones pueden subsidiar estrategias de participación social en el planeamiento de esta actividad en un área situada dentro del perímetro urbano del municipio. La investigación integró revisión bibliográfica y documental, observaciones de campo y la aplicación de 165 cuestionarios a residentes de zonas urbanas y rurales. Los resultados indicaron una percepción ampliamente favorable a la conservación: el 93% reconoce la importancia de preservar el bioma y el 91% apoya la creación de una Unidad de Conservación. La comunidad identificó fragilidades ambientales, además de valorar las formaciones geomorfológicas y el potencial ecoturístico local. Los resultados refuerzan que la percepción ambiental de las comunidades locales es un elemento decisivo para consolidar políticas de conservación y garantizar prácticas de uso sostenible de la caatinga.

Palabras clave: Caatinga. Percepción Ambiental. Ecoturismo. Desarrollo Local.



1 INTRODUÇÃO

A caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, constitui um patrimônio ecológico singular e estratégico no cenário global. Seu elevado nível de espécies endêmicas, a complexidade estrutural e a forte capacidade adaptativa às condições de semiaridez evidenciam sua relevância (LEAL; TABARELLI; SILVA, 2005; GARIGLIO et al., 2010). Entretanto, ao longo da história, o bioma foi marcado por estigmas de “pobreza ambiental” e “hostilidade natural”, fruto de interpretações reducionistas que invisibilizaram sua profundidade ecológica e sociocultural. Pesquisas demonstram que a caatinga abriga expressiva sociobiodiversidade, sustentada por espécies altamente especializadas e por populações tradicionais que estabelecem relações simbólicas, práticas e econômicas com o território (LEAL; TABARELLI; SILVA, 2005; GARIGLIO et al., 2010).

Com uma área aproximada de 862.818 km² distribuída pelo Nordeste e norte de Minas Gerais, a caatinga abriga cerca de 54 milhões de habitantes, muitos deles em condições de vulnerabilidade socioeconômica e dependentes dos recursos naturais para sua sobrevivência (IBGE, 2022; MMA, 2024). Esse cenário evidencia a coexistência entre riqueza ecológica e fragilidades socioambientais, especialmente diante de pressões antrópicas e dos impactos das mudanças climáticas.

Apesar de ser um dos maiores biomas brasileiros, a caatinga permanece entre os menos estudados e mais vulneráveis do país, agravado pela reduzida representatividade em Unidades de Conservação (UCs). Dos 8% de sua área protegida, menos de 1% corresponde à categoria de Proteção Integral, demonstrando a fragilidade institucional no enfrentamento de processos de degradação e desertificação (ALVES, 2007; FREIRE; PACHECO, 2003).

No contexto internacional, estudos em regiões áridas e semiáridas destacam a importância desses ecossistemas para mitigação das mudanças climáticas, manutenção dos serviços ecossistêmicos e fortalecimento de práticas adaptativas em comunidades vulneráveis (REYNOLDS et al., 2007; MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005). Pesquisas recentes reforçam o papel estratégico desses territórios na prevenção da desertificação e na construção de modelos integrados de governança ambiental (OLIVEIRA et al., 2020; XIMENES et al., 2021).

Entre as estratégias capazes de conciliar conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, destaca-se o ecoturismo. Essa atividade tem sido reconhecida por promover o uso público responsável dos ambientes naturais, valorizar paisagens, fortalecer identidades locais e gerar oportunidades de renda. Quando associado a práticas de gestão ambiental sensíveis às especificidades do território e à participação das comunidades, o ecoturismo torna-se ferramenta importante para conservação em ecossistemas frágeis como a caatinga (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2012).

Grande parte dos estudos concentra-se em destinos turísticos consolidados ou em UCs estruturadas, o que invisibiliza territórios dotados de singularidade paisagística, mas carentes de diagnósticos sistematizados e de políticas públicas específicas (COSTA; BRASIL, 2017; ALMEIDA;



SANSOLO, 2020). É nesse vazio científico que se insere o município de Pé de Serra, localizado no semiárido baiano. A paisagem do distrito-sede, marcada por formações geomorfológicas como os morros Monte Belo e Pedra do Urubu e os *inselbergs* do Bugio e do Leão, apresenta elevado valor cênico e potencial para atividades ecoturísticas. Entretanto, enfrenta pressões ambientais expressivas, como desmatamento, pastoreio, expansão urbana e erosão, aspectos que demandam planejamento integrado e participativo.

A percepção ambiental surge como instrumento fundamental para compreender como diferentes grupos sociais interpretam o território, identificam fragilidades, reconhecem riscos e atribuem valor aos elementos naturais e culturais. Autores como BUARQUE (2006), SILVA (1998) e BARTHOLO (2009) apontam que processos de percepção são centrais para o planejamento socioambiental. No campo da governança, OSTROM (2009) e ADGER (2003) reforçam que estratégias participativas são decisivas para o manejo sustentável dos recursos naturais, sobretudo em territórios vulneráveis como os do semiárido brasileiro.

O marco teórico deste estudo articula três eixos principais: o ecoturismo sustentável, fundamentado em OMT (2003), PANOSSO NETTO (2010) e SEABRA (2007); a percepção ambiental e a governança territorial, baseadas em BUARQUE (2006), BARTHOLO (2009) e ZAOUAL (2008); e a conservação da caatinga, apoiada em MARIANO NETO (2001), ALVES (2007) e no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000). Essa integração teórica permite situar o estudo em um campo interdisciplinar que articula dimensões ecológicas, culturais e sociais.

Diante desse panorama, o objetivo do artigo é analisar a percepção ambiental dos moradores de Pé de Serra (BA) sobre o ecoturismo na caatinga, investigando como essas percepções podem subsidiar estratégias de participação social no planejamento turístico em área situada no perímetro urbano do município. Ao preencher lacunas científicas existentes e aproximar moradores, pesquisadores e gestores públicos, o estudo pretende contribuir para o fortalecimento de práticas sustentáveis, para o reconhecimento das vocações naturais do semiárido baiano e para a consolidação de políticas de uso responsável dos recursos naturais.

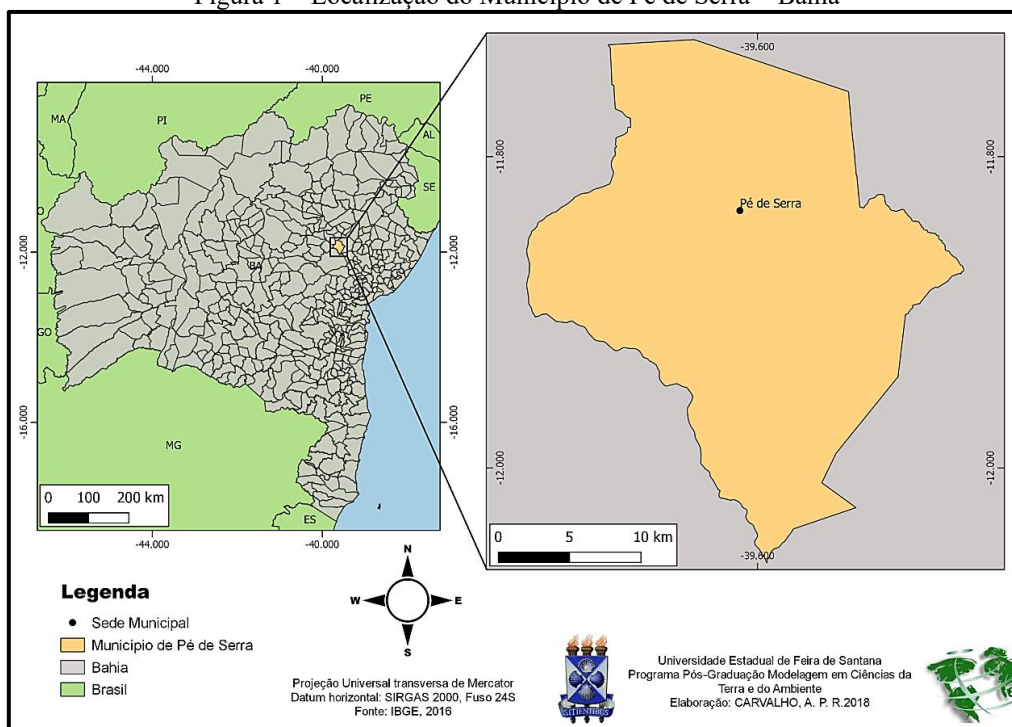
2 METODOLOGIA

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido na cidade de Pé de Serra, localizado no nordeste da Bahia, no Território de Identidade Bacia do Jacuípe. O município possui 596,771 km², com coordenadas aproximadas de 11°50' S e 39°37' W, e população de 13.243 habitantes, dos quais 5.174 residem na zona urbana (IBGE, 2022). A paisagem local apresenta feições geomorfológicas características da caatinga, incluindo os morros Monte Belo e Pedra do Urubu e os *inselbergs* do Bugio e do Leão, além de fragmentos de vegetação nativa e áreas de brejo no perímetro urbano.

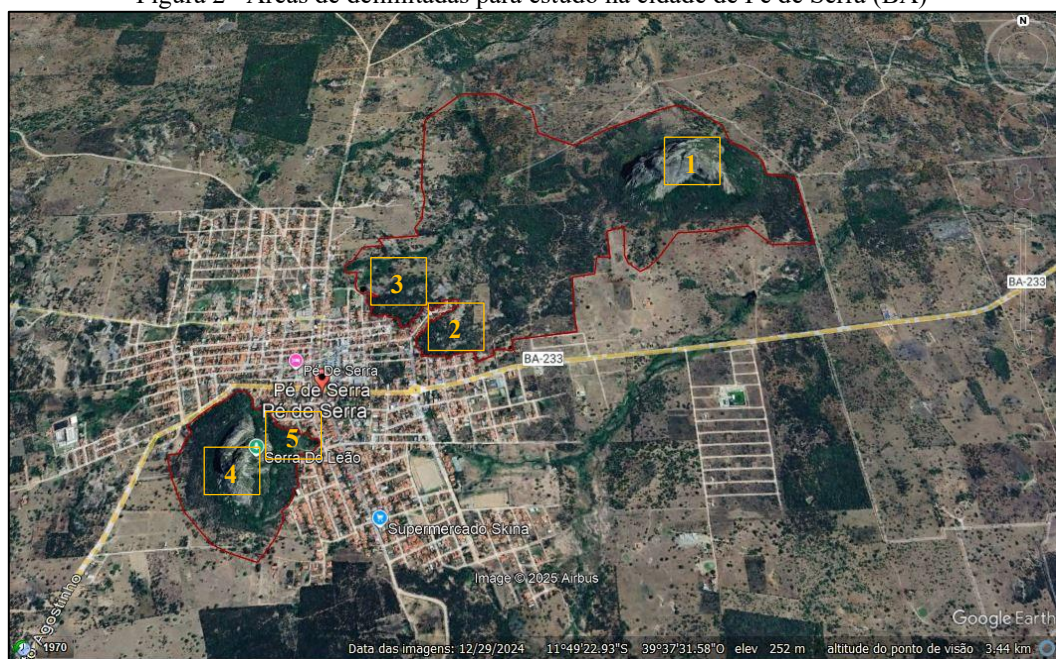


Figura 1 – Localização do Município de Pé de Serra – Bahia



Fonte: IBGE (2019). Elaboração própria (2025).

Figura 2– Áreas de delimitadas para estudo na cidade de Pé de Serra (BA)



(1) Serra do Bugio; (2) Morro do Monte Belo; (3) Morro da Pedra do Urubu; (4) Serra de Pé de Serra/Serra do Leão; (5) Brejo de Pé de Serra e Lagoa do Bebedouro.

Fonte: Google Earth Pro (2025). Elaboração própria (2025).

A seleção da área considerou quatro critérios: (i) presença de feições geomorfológicas típicas da caatinga; (ii) presença de remanescentes de vegetação nativa em diferentes estágios de conservação; (iii) acessibilidade pela proximidade com o perímetro urbano; e (iv) ocorrência de pressões antrópicas observáveis, como pastoreio, desmatamento e expansão urbana.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou o Triângulo Metodológico de Whyte (1977), integrando três eixos operacionais complementares:

1. Observação direta da paisagem: envolveu reconhecimento sistemático das feições geomorfológicas, identificação de impactos ambientais e documentação fotográfica georreferenciada.
2. Escuta e participação comunitária: fundamentada na coleta de percepções sociais por meio de questionários presenciais aplicados a moradores urbanos e rurais.
3. Levantamento bibliográfico e documental: incluiu análise de estudos sobre ecoturismo, percepção ambiental, conservação da caatinga e planejamento territorial, além de bases cartográficas e normativas institucionais (IBGE, CPRM, MMA, SNUC).

Essa triangulação metodológica é amplamente recomendada na literatura socioambiental por favorecer integralidade analítica e validação interna dos achados (KELLERT et al., 2020; HUNTER; GREEN, 2021).

2.3 TRABALHO DE CAMPO

Foram realizadas cinco campanhas de campo entre agosto e setembro de 2025. As atividades incluíram:

- trilhas exploratórias para reconhecimento do relevo e das áreas prioritárias;
- descrição sistemática das feições geomorfológicas e da cobertura vegetal;
- identificação e georreferenciamento de pontos com evidências de degradação (erosão, retirada de vegetação, pisoteio, deposição de resíduos);
- registro fotográfico padronizado, com anotações observacionais in loco.

Os dados de campo foram fundamentais para verificar a consistência das informações obtidas nos documentos analisados e para subsidiar a posterior interpretação das percepções comunitárias.

2.4 COLETA DE DADOS COM MORADORES

A coleta ocorreu entre maio e agosto de 2025, com a aplicação presencial de **165 questionários estruturados** a moradores das zonas urbana e rural, com idade entre 18 e 60 anos. O tamanho da amostra foi definido com base na população total do município (13.243 habitantes), utilizando margem de erro de 7,5% e nível de confiança de 95%. A técnica escolhida foi **amostragem aleatória simples**, por ser adequada para municípios de pequeno porte e para estudos exploratórios de percepção (REIS; AMARAL, 2021).



O instrumento de pesquisa contemplou questões **fechadas** sobre percepção ambiental, conhecimento sobre ecoturismo, reconhecimento de fragilidades e apoio à criação de áreas protegidas.

A aplicação presencial favoreceu a inclusão de moradores com diferentes níveis de escolaridade e reduziu vieses interpretativos associados a questionários autopreenchidos.

2.5 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento dos dados seguiu dois procedimentos distintos:

- a) **Dados quantitativos:** as questões fechadas foram tabuladas em frequências simples e percentuais, complementadas por análise descritiva. A natureza exploratória da pesquisa não demandou testes inferenciais, uma vez que o objetivo era identificar padrões gerais de percepção e não estabelecer relações estatísticas de causalidade.
- b) **Dados qualitativos:** as respostas abertas foram analisadas por meio da **análise temática de conteúdo**, conforme Bardin (2016), permitindo identificar categorias emergentes relacionadas à percepção da caatinga, fragilidades ambientais, potencial ecoturístico e expectativas sociais.
- c) **Triangulação analítica:** os resultados da análise documental, da observação de campo e das percepções dos moradores foram integrados para: i) validar recorrências empíricas; ii) interpretar convergências e dissonâncias entre percepção social e condições ambientais observadas; e iii) estabelecer relações entre potencial ecoturístico e fragilidade ecológica, reforçando a robustez interpretativa (GUNN; VAR, 2020).

2.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Todos os participantes foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa, garantindo anonimato, voluntariedade e consentimento livre e esclarecido. Os procedimentos seguem as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com seres humanos. Embora o estudo não tenha sido submetido formalmente a Comitê de Ética, foram respeitados todos os princípios éticos aplicáveis à pesquisa social.

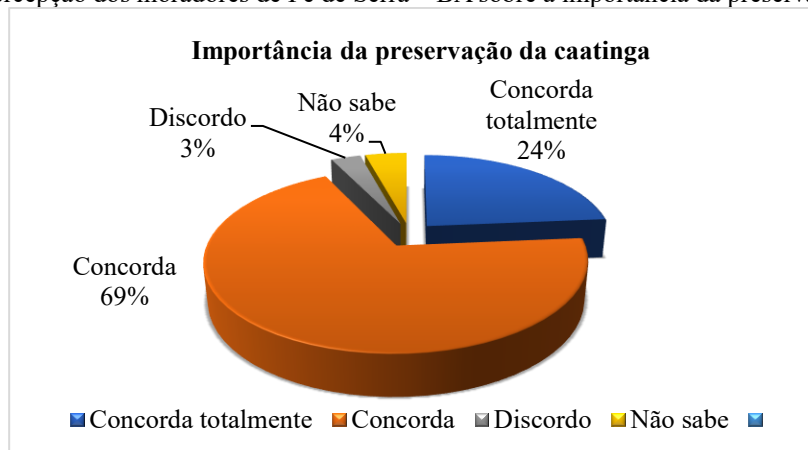
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA CAATINGA E SUA IMPORTÂNCIA ECOLÓGICA

Os resultados evidenciam que os moradores de Pé de Serra reconhecem a caatinga como patrimônio ecológico de elevada importância, percepção que converge com a literatura que descreve o bioma como ecossistema singular, endêmico e vulnerável (MARIANO NETO, 2001; ALVES, 2007). Entre os entrevistados, **93% (n=153)** afirmam considerar essencial a preservação da caatinga, enquanto **7% (n=12)** discordaram ou não souberam opinar (Gráfico 1).



Gráfico 1 – Percepção dos moradores de Pé de Serra – BA sobre a importância da preservação da caatinga



Fonte: Elaboração própria (2024).

O elevado percentual de moradores de Pé de Serra que reconhecem a importância da preservação da caatinga não decorre apenas de um consenso ambiental abstrato, mas reflete a vivência cotidiana de processos de degradação, como retirada de lenha, pastoreio extensivo e degradação da terra, amplamente discutidos em estudos sobre vulnerabilidade socioambiental no semiárido por autores como Lima et al. (2022) e Souza; Oliveira (2021).

Por outro lado, a predominância de respostas positivas sobre o reconhecimento da importância da caatinga indica não apenas um reconhecimento ecológico, mas uma ruptura gradual com estigmas históricos associados ao semiárido, frequentemente compreendido como espaço “inóspito” ou “pobre em recursos naturais”, conforme discutem ARAÚJO e SOUSA (2011). A análise desses dados sugere que mudanças socioculturais, como maior circulação de informações ambientais, presença de políticas de convivência com o semiárido e experiências cotidianas com degradação local, têm influenciado positivamente a percepção comunitária.

A leitura desses percentuais em diálogo com os achados de SILVA et al. (2020) e XIMENES et al. (2021) mostra que a população se reconhece como parte das dinâmicas ecológicas do território, identificando pressões antrópicas como desmatamento, superpastoreio, retirada de lenha e processos erosivos, problemas amplamente identificados em estudos conduzidos em municípios do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (SOUZA; OLIVEIRA, 2021; LIMA et al., 2022). Esse alinhamento entre conhecimento local e literatura técnico-científica reforça que a percepção ambiental, longe de ser apenas subjetiva, constitui indicador social capaz de revelar tendências de degradação e orientar ações estratégicas.

Do ponto de vista das políticas públicas, a elevada concordância dos entrevistados evidencia potencial para o fortalecimento de instrumentos de governança ambiental participativa, como conselhos municipais, audiências públicas e planos integrados de gestão da caatinga. Tal potencial é coerente com os argumentos de HUNTER e GREEN (2021) e KELLERT et al. (2020), segundo os



quais percepções ambientais estruturadas fomentam práticas comunitárias de conservação e ampliam a legitimidade social de iniciativas governamentais.

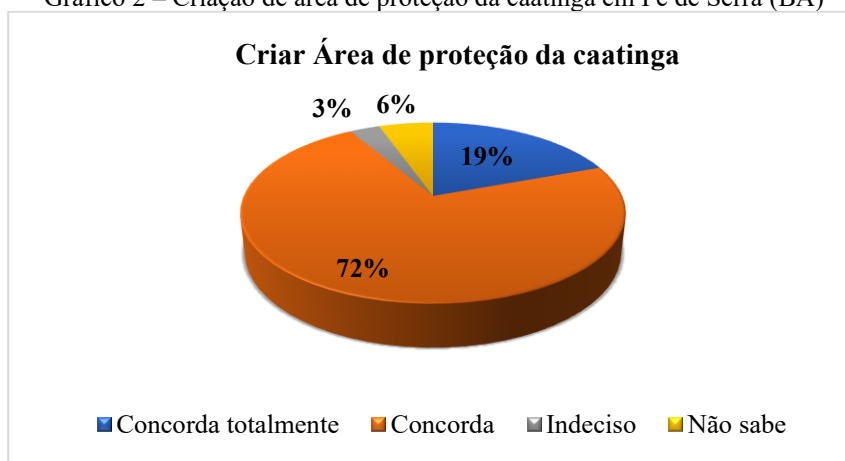
Em síntese, a percepção da importância socioambiental da preservação da caatinga em Pé de Serra revela uma comunidade informada, sensível aos riscos ecológicos e disposta a participar de processos de proteção territorial, entendido como um elemento crucial para qualquer política pública ambiental no município.

3.2 FRAGILIDADES AMBIENTAIS E DEMANDAS POR CONSERVAÇÃO

Os dados coletados confirmam que a população reconhece, de forma ampla e consistente, as principais fragilidades ambientais da área estudada, o que dialoga com diagnósticos oficiais que evidenciam que menos de 7% da caatinga possui proteção legal e apenas 1% encontra-se em categoria de Proteção Integral (MMA, 2019). Essa baixa representatividade, aliada à crescente expansão urbana de Pé de Serra, intensifica a vulnerabilidade do bioma no município e reforça a urgência de políticas públicas voltadas ao ordenamento ambiental.

O apoio à criação de uma Unidade de Conservação (UC) nas áreas delimitadas no presente estudo (Gráfico 2), registrado em 91% dos participantes (n = 150), supera resultados registrados em pesquisas desenvolvidas em municípios do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, onde a adesão comunitária variou entre 70% e 85% (SANTOS et al., 2021; BARRETO et al., 2022). A diferença sugere que Pé de Serra possui capital social favorável à conservação, conforme discutido por BUARQUE (2006) e ZAOUAL (2008), o que constitui base relevante para formulação de políticas ambientais territorializadas.

Gráfico 2 – Criação de área de proteção da caatinga em Pé de Serra (BA)



Fonte: Elaboração própria (2024).

A ampliação analítica dos dados permite evidenciar que esse apoio pode estar relacionado a fatores socioculturais, como:

- a) percepção crescente da degradação em áreas de lazer e circulação cotidiana;



- b) valorização simbólica das serras e morros como elementos identitários locais;
- c) experiências diretas de escassez de recursos naturais, especialmente solo e vegetação lenhosa;
- d) expectativas de benefícios sociais associados ao turismo sustentável.

As observações de campo confirmam que os ambientes de maior valor cênico são também aqueles mais expostos a processos de degradação, como erosão, pisoteio e desmatamento, sobretudo para pastagens e expansão urbana. Desse modo, **o apoio majoritário dos entrevistados à criação de uma UC nas áreas de estudo (n=150) aponta não apenas para uma percepção ambiental consolidada, mas para um reconhecimento direto das fragilidades observadas no cotidiano local.**

Ademais, o apoio comunitário pela criação de uma UC também exige reflexão crítica sobre sua viabilidade institucional. No contexto de Pé de Serra, três dimensões merecem destaque:

- 1) **Categoria adequada de UC:** considerando a proximidade com o perímetro urbano, categorias como **Monumento Natural ou Área de Proteção Ambiental**, tendem a ser mais compatíveis com o uso público ordenado e com o perfil de paisagens cênicas registradas no campo.
- 2) **Categoria adequada de UC:** considerando a proximidade com o perímetro **Desafios legais e institucionais:** a estrutura administrativa municipal ainda é limitada para gerir diretamente uma UC. Isso sugere a necessidade de arranjos cooperativos com o Estado ou consórcios intermunicipais, além de apoio técnico-científico para elaboração de plano de manejo.
- 3) **Riscos e oportunidades da proximidade urbana:** a proximidade com a cidade amplia a pressão antrópica (erosão, pisoteio, retirada de vegetação), mas também facilita ações de educação ambiental, monitoramento comunitário e turismo de base local.

Em síntese, a demanda local pela criação de uma Unidade de Conservação reflete não apenas desejo de proteção ambiental, mas também compreensão dos riscos socioambientais que afetam o território. Ainda que a criação de uma UC dependa de arranjos institucionais, fiscais e participativos robustos, o apoio comunitário já configura um elemento estratégico para futura implementação.

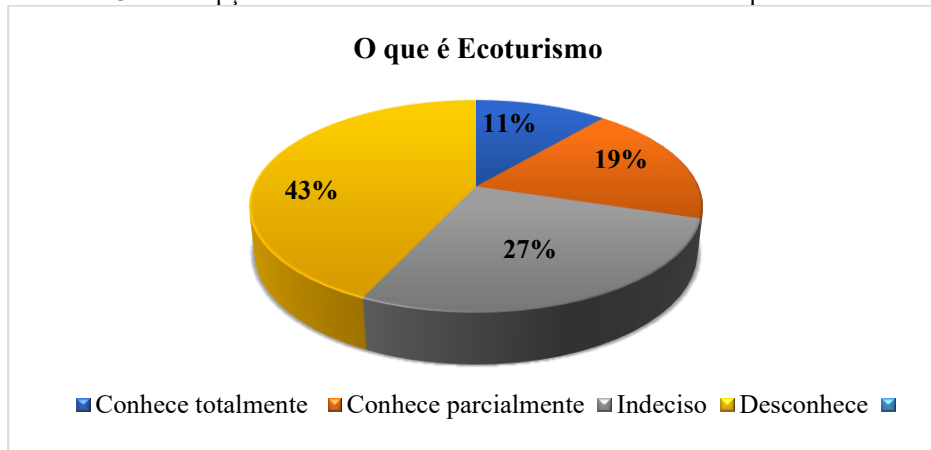
3.3 POTENCIAL ECOTURÍSTICO DA ÁREA

Os resultados obtidos revelam que 38% (n = 63) dos entrevistados afirmaram conhecer parcial ou totalmente o conceito de ecoturismo, cenário considerado intermediário, porém promissor (Gráfico 3). Embora 43% (n = 71) desconheçam o termo, a proporção de moradores minimamente familiarizados supera índices registrados em municípios do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte, onde o desconhecimento sobre o ecoturismo variou entre **45% e 58%** (FERREIRA et al., 2021; LOPES et al., 2022).



Pode-se sugerir, face à percepção ambiental da população, que o município de Pé de Serra reúne condições socioambientais favoráveis ao desenvolvimento de práticas ecoturísticas, sobretudo porque comunidades com maior reconhecimento conceitual tendem a aderir mais rapidamente a iniciativas de manejo sustentável, como apontam Diegues (2008) e Irving (2009). Assim, ainda que persistam lacunas informativas, o contexto local apresenta potencial para programas de educação ambiental que reforcem a apropriação crítica do território e sua valorização ecológica.

Gráfico 3 – Percepção dos moradores de Pé de Serra – BA sobre o que é ecoturismo



Fonte: Elaboração própria (2024).

A análise crítica dos dados permite identificar que essa percepção pode ter sido influenciada por fatores como:

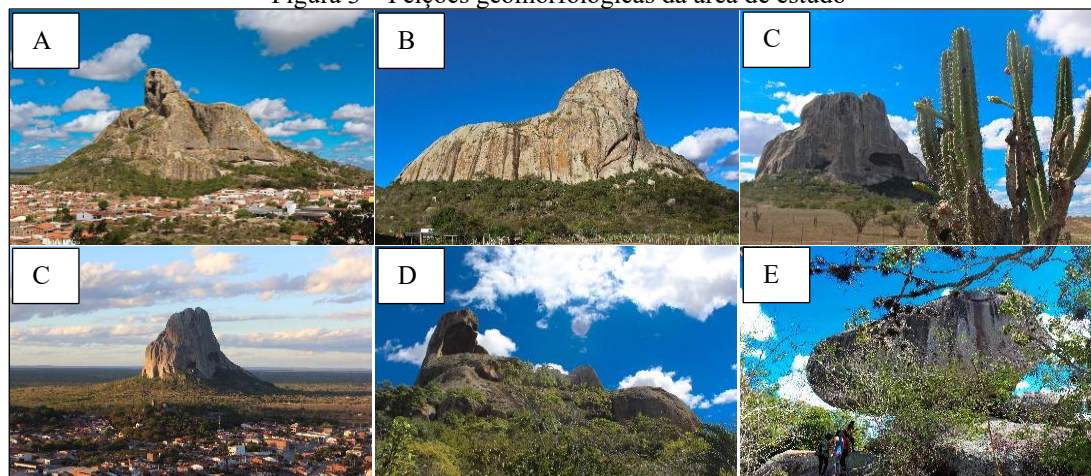
- a) o contato cotidiano com paisagens singulares, como os inselbergues Serra do Leão, Serra do Bugio, Monte Belo e Pedra do Urubu;
- b) o uso recreativo informal dessas áreas por moradores;
- c) a circulação de informações sobre conservação e queimadas nos últimos anos;
- d) o fortalecimento de identidades territoriais associadas às serras.

Os moradores de Pé de Serra atribuem elevado valor paisagístico e cultural às feições geomorfológicas do perímetro urbano, reconhecendo as serras do Bugio e do Leão (Pé de Serra) — geomorfológicamente dois grandes inselbergues, chamadas de serras pela população —, além dos morros do Monte Belo e da Pedra do Urubu, como elementos que articulam beleza cênica e significado cultural (Figura 3). O termo *inselberg* (do alemão *Insel*, "ilha", e *Berg*, "montanha") foi introduzido pelo geólogo alemão, Friedrich Bornhardt, em 1900, para caracterizar montanhas pré-cambrianas, geralmente monolíticas, de gnaiss e granito, que emergem abruptamente do plano que as cerca (GUERRA, 2001). São feições de relevo típicas de domínio morfoclimático semiárido, considerados relevos residuais, ou seja, aqueles que resistem às ações intempéricas e erosivas.



A área estudada reúne atributos naturais adequados para trilhas interpretativas, observação da paisagem e vivências educativas, conforme orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003). O conjunto paisagístico reúne formações geomorfológicas singulares, mirantes naturais e trechos propícios ao contato direto com a caatinga.

Figura 3 – Feições geomorfológicas da área de estudo



(A) Visão panorâmica da Serra de Pé de Serra/Serra do Leão; (B) Serra de Pé de Serra/Serra do Leão; Serra do Bugio; (C) Visão panorâmica da Serra do Bugio; (D) Encosta da Serra do Bugio; (E) Matakão no Morro do Monte Belo.

Fonte: Elaboração própria – Trabalho de campo (2025).

As paisagens apresentadas na Figura 3 evidenciam elevado valor cênico, mas revelam, simultaneamente, sinais claros de degradação ambiental. Processos como erosão, pisoteio e retirada da vegetação têm sido amplamente relatados em regiões semiáridas submetidas ao ecoturismo não manejado, conforme observado por Rodríguez e Fajardo (2022). Esses impactos indicam que a atratividade visual, por si só, não assegura a sustentabilidade da visitação quando não há diretrizes claras de uso e proteção.

Esse quadro de potencialidade e vulnerabilidade exige que o ecoturismo em Pé de Serra seja estruturado com base em instrumentos robustos de governança ambiental. Entre eles, destacam-se o planejamento participativo do uso público, o monitoramento sistemático dos impactos, a delimitação de zonas ecologicamente sensíveis e a implementação de trilhas interpretativas com manejo técnico. Diversos estudos demonstram que modelos de visitação bem-sucedidos em ecossistemas frágeis dependem de arranjos institucionais capazes de integrar comunidade, poder público e conhecimento técnico (OSTROM, 2009; KELLERT et al., 2020).

A literatura especializada alerta, contudo, que o ecoturismo não pode ser reduzido a uma atividade econômica orientada apenas à geração de renda. Panosso Netto (2010), Seabra (2007) e Brüseke (1995) enfatizam que, em ambientes semiáridos, a expansão desordenada da visitação tende a acelerar processos erosivos, comprometer a integridade da paisagem e intensificar conflitos

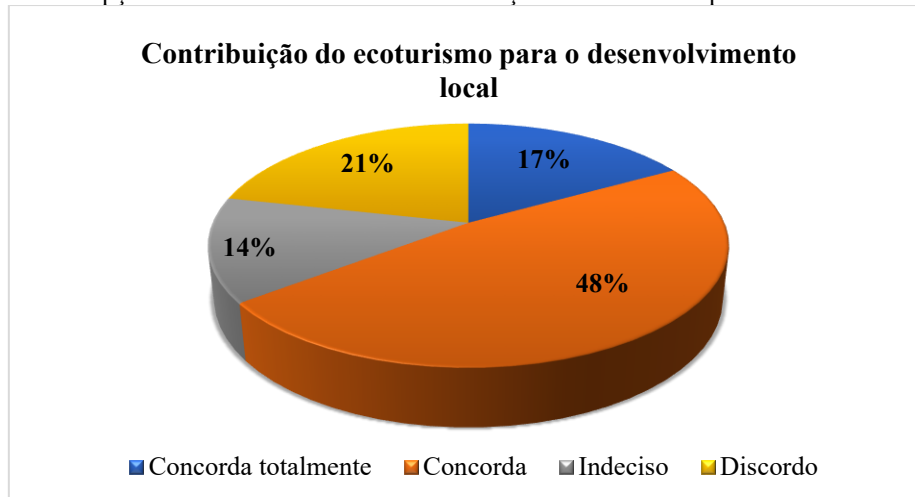
territoriais. Evidências recentes em municípios do sertão pernambucano e cearense mostram que a ausência de manejo adequado tem contribuído para a deterioração de trilhas, compactação do solo e perda de cobertura vegetal (LIMA et al., 2021; OLIVEIRA et al., 2023).

Diante disso, o potencial ecoturístico de Pé de Serra é incontestável, mas sua consolidação depende de capacidades institucionais e comunitárias que assegurem equilíbrio entre conservação, ordenamento territorial e uso público. O sucesso desse processo exige políticas contínuas de educação ambiental, mecanismos participativos de gestão e estratégias que conciliem valorização paisagística com preservação ecológica. Somente assim o ecoturismo poderá atuar como vetor de conservação e não como mais um fator de pressão sobre um território já ambientalmente sensível.

3.4 EXPECTATIVAS SOCIAIS, BENEFÍCIOS ESPERADOS E ELEMENTOS DE GOVERNANÇA

A percepção dos moradores revela expectativas bastante concretas sobre os benefícios que o ecoturismo pode trazer ao município. Os dados mostram que 65% (n = 107) acreditam que essa atividade pode contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural de Pé de Serra (Gráfico 4). Por outro lado, os 21% (n = 35) que não visualizam ganhos imediatos, somados aos 17% (n = 28) que permaneceram indecisos, indicam que ainda existe um campo de incertezas sobre como o ecoturismo seria implementado e gerido na prática, o que não é incomum em localidades onde a governança ambiental ainda é limitada.

Gráfico 4 – Percepção da comunidade sobre a contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento local



Fonte: Elaboração própria (2024).

O reconhecimento social do potencial ecoturístico aproxima-se da definição proposta pela Organização Mundial do Turismo, que caracteriza o ecoturismo como “visitação responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente e melhora o bem-estar das populações locais” (OMT, 2003). Essa formulação traz três pilares — conservação, responsabilidade ambiental e benefícios sociais —



que aparecem refletidos nas respostas da comunidade, sobretudo quando associam o ecoturismo à proteção da caatinga e ao fortalecimento do desenvolvimento local.

Essa visão positiva também dialoga com Silva (1998), para quem o turismo funciona como mecanismo relevante de dinamização socioeconômica, especialmente em territórios com baixa diversificação produtiva. No entanto, como têm demonstrado autores nacionais e internacionais, iniciativas ecoturísticas bem-sucedidas exigem condições que ultrapassam a simples existência de paisagens bonitas. Weaver (2001; 2014) destaca que modelos sustentáveis dependem de estruturas institucionais robustas, enquanto Eagles, McCool e Haynes (2002) enfatizam que a gestão do uso público requer regras claras, fiscalização e participação social contínua. Stronza e Durham (2008), por sua vez, mostram que os benefícios comunitários só se materializam quando existe um arranjo de governança capaz de compartilhar decisões e responsabilidades.

No caso de Pé de Serra, a análise sociocultural dos dados sugere que a expectativa favorável pode estar relacionada a três fatores principais: a valorização das serras como patrimônio simbólico e identitário; o desejo de ampliar oportunidades econômicas locais; e a percepção de que a degradação atual afeta diretamente o uso comunitário do território. Tais elementos reforçam o argumento de que a comunidade enxerga o ecoturismo não apenas como atividade econômica, mas como possibilidade de preservar aquilo que integra sua memória e cotidiano.

A literatura recente (LIMA et al., 2021; OLIVEIRA et al., 2023) converge ao afirmar que os benefícios sociais do ecoturismo só se efetivam quando sustentados por quatro componentes básicos: governança territorial sólida, gestão institucional contínua, participação comunitária efetiva e instrumentos legais de controle e fiscalização. Nessas condições, o turismo tende a fortalecer o capital social local e reduzir tensões sobre o uso dos recursos naturais.

Em Pé de Serra, a combinação entre alta percepção ambiental ($n = 153$), amplo apoio à criação de uma Unidade de Conservação ($n = 150$) e reconhecimento dos potenciais ecoturísticos constitui uma base social rara e valiosa para a formulação de políticas públicas participativas. Isso dialoga com a perspectiva de Buarque (2006) e Zaoual (2008), que situam o desenvolvimento local sustentável na articulação entre vocações territoriais, identidade cultural e governança comunitário-institucional.

Ainda assim, consolidar esse processo exige que o município enfrente suas limitações estruturais, como a ausência de uma secretaria ou setor ambiental permanente, a inexistência de planos de manejo e a frágil integração entre poder público, organizações locais e pesquisadores. Esses desafios não anulam o potencial do ecoturismo, mas indicam que ele só ganhará consistência se for acompanhado de políticas que conciliem conservação, ordenamento territorial e uso público responsável.

À luz da triangulação dos dados, compreende-se que o ecoturismo emerge menos como atividade econômica e mais como instrumento educativo e identitário, capaz de fortalecer vínculos



com a caatinga. Sua efetividade, contudo, dependerá de arranjos de governança que assegurem equilíbrio entre conservação ecológica, participação social e o manejo cuidadoso de uma paisagem ambientalmente frágil e marcada pela proximidade urbana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram que os moradores de Pé de Serra (BA) reconhecem a caatinga como um patrimônio ecológico e sociocultural de grande relevância. A ampla concordância sobre a importância da preservação (93%) e o apoio expressivo à criação de uma Unidade de Conservação (91%) revelam um capital social favorável à proteção ambiental, reforçando o papel estratégico da comunidade no planejamento territorial sustentável.

As percepções sobre o ecoturismo indicam potencial para integrar conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento socioeconômico. A análise demonstrou que a percepção ambiental é um instrumento central para compreender como os moradores interpretam o território, identificam fragilidades e reconhecem oportunidades de uso sustentável. Nessa perspectiva, o ecoturismo pode atuar como vetor de conservação e de fortalecimento identitário, desde que aliado a políticas públicas bem estruturadas, programas de capacitação e diretrizes claras para uso público responsável.

Apesar do alcance da pesquisa, limitações metodológicas — como o caráter transversal dos dados e a predominância de questionários estruturados — sugerem a necessidade de investigações complementares. Estudos futuros podem avançar em três frentes: (i) **monitoramento temporal da percepção ambiental**, permitindo avaliar mudanças decorrentes de políticas públicas ou transformações territoriais; (ii) **incorporação de indicadores biofísicos**, como NDVI, cobertura vegetal e métricas de integridade ecológica, para integrar dimensões sociais e ambientais; e (iii) **análises comparativas** com outros municípios da caatinga, ampliando a compreensão regional sobre governança, conservação e ecoturismo em áreas semiáridas.

A adoção de programas de educação ambiental, instrumentos participativos de gestão e ações de capacitação para o turismo sustentável pode reforçar a conservação e fortalecer alternativas econômicas no semiárido baiano. Assim, o estudo contribui para ampliar o conhecimento sobre a caatinga e oferece subsídios práticos para políticas públicas voltadas à proteção da paisagem, ao manejo responsável do bioma e ao desenvolvimento local.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Terra e do Ambiente (PPGM – UEFS/BA).



Aos moradores do município de Pé de Serra – BA.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



REFERÊNCIAS

- ACARENZA, Miguel Angel. O turismo e o desenvolvimento nacional. In: Administração do Turismo. Bauru: EDUSC, 2002.
- ADGER, W. N. Social capital, collective action, and environmental governance. *Ecological Economics*, v. 40, n. 3, p. 331-344, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2003.tb00220.x>.
- ADGER, W. N. Social capital, collective action, and adaptation to climate change. *Economic Geography*, v. 79, n. 4, p. 387-404, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1944-8287.2003.tb00220.x>.
- ALMEIDA, L. C. de; SANSOLO, D. G. Turismo de base comunitária e conservação da sociobiodiversidade no Nordeste brasileiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 13, n. 4, p. 605-620, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/11873>.
- ALVES, J. J. A. A caatinga: uma abordagem conceitual. *Mercator*, v. 6, n. 12, p. 25-38, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2007.0612.0002>.
- ARAÚJO, P. P. de; SOUSA, L. P. de. Caatinga: estigmas e representações socioambientais. *Revista de Geografia (Recife)*, v. 28, n. 3, p. 119-132, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/2298>.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, A. B. et al. Percepção ambiental e apoio à conservação na Caatinga. *Revista Nordestina de Ciências Ambientais*, v. 15, n. 3, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/ambiental/article/view/8937>.
- BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade. In: SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/livros/volumes-turismo-de-base-comunitaria.pdf>.
- BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A. (Org. 2006).
- BRAMWELL, Bill; LANE, Bernard. Critical research on the governance of sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 19, n. 4–5, p. 411–421, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.580586>
- BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Lei nº 9.985/2000. Brasília: MMA/SBF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm.
- BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.
- BRUNDTLAND, G. H. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: FGV, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4295124/mod_resource/content/1/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf.



BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

COSTA, M. G.; BRASIL, C. P. Turismo em áreas protegidas no Nordeste brasileiro: desafios e oportunidades. *Revista Turismo em Análise*, v. 28, n. 2, p. 256-277, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/147587>.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2008.

Disponível em:

<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/O%20Mito%20da%20Natureza%20Intocada.pdf>.

DRUMMOND, M.; FRANCO, V.; OLIVEIRA, S. de. Ecoturismo, áreas protegidas e desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 25, p. 11-26, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/30265>.

EAGLES, Paul F. J.; MCCOOL, Stephen F.; HAYNES, Christopher D. Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management. Gland/Cambridge: IUCN, 2002. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/node/30087>.

FERREIRA, J. S. et al. Conhecimento e interesse por ecoturismo em comunidades do semiárido. *Cadernos de Agroecologia*, v. 16, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/27929>.

FREIRE, G. S. S.; PACHECO, F. A. L. Unidades de conservação e o bioma Caatinga: uma análise crítica. *Geografia*, v. 28, n. 1, p. 117-130, 2003. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografia/article/view/254>.

GARIGLIO, M. et al. (Org.). Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga. Brasília: Serviço Florestal Brasileiro, 2010. Disponível em: <https://www.florestal.gov.br/documentos/publicacoes/>.

GUERRA, A. T. Dicionário geológico-geomorfológico. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

GUNN, C. A.; VAR, T. Tourism planning: basic concepts and cases. New York: Routledge, 2020. Disponível em: <https://www.routledge.com>.

HUNTER, C.; GREEN, S. Sustainable tourism: an introduction. London: Routledge, 2021. Disponível em: <https://www.routledge.com>.

IBGE. Censo demográfico 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

KELLERT, S. R. et al. The value of the wild: a new vision for global conservation. Washington, D.C.: Island Press, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5822/978-1-61091-907-1>.

LEAL, I. R.; TABARELLI, M.; SILVA, J. M. C. (Org.). Ecologia e conservação da Caatinga. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005.

LIMA, A. L. C. de et al. Turismo comunitário e sustentabilidade no sertão pernambucano: desafios e perspectivas. *Revista Turismo Visão e Ação*, v. 23, n. 4, p. 645-668, 2021. Disponível em: <https://siaiap27.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/17672>.



LIMA, Antônio et al. Uso público e impactos ambientais em áreas de Caatinga: desafios para o turismo comunitário. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 36, n. 2, p. 45–63, 2021. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/index.php/component/k2/item/1477>.

LIMA, J. C. et al. Vulnerabilidade e degradação ambiental no semiárido do Nordeste do Brasil. *Ciência Rural*, v. 52, n. 1, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20200542>.

LOPES, T. S. et al. Ecoturismo e desenvolvimento local em municípios do Nordeste. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 15, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/12944>.

MARIANO NETO, J. A Caatinga e seus ecossistemas. Recife: Edições Bagaço, 2001.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and human well-being: synthesis. Washington, D.C.: Island Press, 2005. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/en/Synthesis.html>.

MMA. Áreas protegidas do bioma Caatinga. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mma>.

_____. Caatinga. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biomas/caatinga>.

OLIVEIRA, D. S. et al. Governança ambiental e desenvolvimento no semiárido. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 45, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/70219>.

OLIVEIRA, S. R. et al. Uso público e degradação ambiental em trilhas da Caatinga. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 16, n. 2, p. 287-305, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/13874>.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Ecotourism: the UNWTO definition. 2003. Disponível em: <https://www.unwto.org>.

OSTROM, E. A general framework for analyzing sustainability of social-ecological systems. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1172133>.

PANOSSO NETTO, A. O que é turismo. São Paulo: Brasiliense, 2010.

RABAHY, W. Planejamento do turismo. São Paulo: Loyola, 1990.

REIS, E.; AMARAL, H. Estatística aplicada. Lisboa: Edições Sílabo, 2021.

REYNOLDS, J. F. et al. Global desertification: building a science for dryland development. *Science*, v. 316, n. 5824, p. 847-851, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1131634>.

RODRÍGUEZ, A. M.; FAJARDO, J. R. Impactos del ecoturismo en ecosistemas semiáridos. *Revista Chilena de Historia Natural*, v. 95, n. 2, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://revistaschilenas.uchile.cl/handle/2250/190838>.

SANTOS, I. R. A. et al. Percepção da comunidade sobre a criação de Unidades de Conservação na Caatinga. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/geas/article/view/19015>.



- SEABRA, G. F. Turismo sertanejo. João Pessoa: UFPB, 2007.
- SILVA, José M. A. Turismo e desenvolvimento local no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998.
- SILVA, S. G. D. Ecologia e turismo: o caso de Pernambuco. In: VASCONCELOS, F. P. (Org.). Turismo e meio ambiente. Fortaleza: UECE, 1998. p. 20-32.
- SILVA, V. A. et al. Conscientização ambiental e vulnerabilidade social no Nordeste. Interações, v. 21, n. 3, p. 575-587, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v21i3.1912>.
- SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 3. ed. Brasília: MMA/SBF, 2003. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areas-protegidas/sistema-nacional-de-unidades-de-conservacao>.
- SOUZA, C. L.; OLIVEIRA, P. S. Pressões antrópicas e conservação na Caatinga. Geo Debate, v. 41, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://revistageodebate.com.br/index.php/geodebate/article/view/228>.
- STRONZA, Amanda; DURHAM, William H. (orgs.). Ecotourism and Conservation in the Americas. Wallingford: CABI Publishing, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1079/9781845934002.0000>.
- WEAVER, David. Ecotourism as Mass Tourism: Contradiction or Reality? Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly, v. 42, n. 2, p. 104–112, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010880401422012>.
- _____. Sustainable Tourism: Theory and Practice. London: Routledge, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9780203797185>.
- WHYTE, W. F. Organização e comportamento: pesquisa de campo. Rio de Janeiro: FGV, 1977.
- WWF-BRASIL. Caatinga. 2018. Disponível em: <http://www.wwf.org.br>.
- XIMENES, B. M. L. et al. Governança territorial e prevenção da desertificação na Caatinga. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 14, n. 5, p. 2315-2330, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/274651>.
- ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2, p. 1-14, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.17852/2236-5567.2008v8n2p1-14>

